

## Sumário

### ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Questão federativa e as medidas para enfrentamento da pandemia da Covid-19*  
Ricardo de Castro Nascimento ..... 15
- A busca da verdade e o sistema de prova no processo penal*  
Fernando França Magri .....25
- Impugnação à estabilização da tutela antecipada antecedente*  
Aline Spina Salgado..... 41
- O avanço legislativo no combate à improbidade administrativa: autorização de termo de ajustamento de conduta e ampliação da tutela da moralidade administrativa no ordenamento jurídico*  
Emanuelle Cristine Souza e Silva .....59

### JURISPRUDÊNCIA

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

- ANAC. Auto de infração. Extravio de bagagem de passageiro. Lei nº 7.565/1986. Decadência não verificada. Multa. Legalidade.*  
ApCiv 0011416-56.2012.4.03.6100  
Desembargador Federal André Nabarrete..... 79
- Ação Civil Pública. Acessibilidade. 2ª Vara da Justiça do Trabalho em Lençóis Paulista/SP. Portadores de deficiência ou mobilidade reduzida.*  
RemNecCiv 0005499-27.2015.4.03.6108  
Desembargador Federal Carlos Muta ..... 84
- Duplicidade de cadastro de pessoas físicas (CPF). Homônimo. Responsabilidade da União. Danos morais. Indenização.*  
ApCiv 5003454-75.2018.4.03.6102  
Desembargadora Federal Mônica Nobre ..... 89

*Fornecimento de medicamento. Alfacalsidase (Replagal). Autora portadora de doença de Fabry. Fármaco registrado na ANVISA. Imprescindibilidade para vida e saúde do postulante. Não comprovação. Indispensabilidade do tratamento afastado por perícia médica.*  
ApCiv 5003740-96.2018.4.03.6120

Desembargador Federal Souza Ribeiro .....93

*Regularização migratória. Não refugiado.*

Ag ApCiv 5004985-08.2018.4.03.6100

Desembargadora Federal Diva Malerbi .....106

*Ensino superior. Débito perante instituição de ensino. Forma de pagamento exigida somente por meio de cartão de crédito. Ilegalidade da conduta.*

ApelRemNec 5002573-70.2019.4.03.6100

Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 111

*Recurso Administrativo. Legitimidade passiva. Lei nº 9.784/1999. Instrução Normativa nº 77/2015. Trinta dias. Duração razoável do processo. Observância do princípio da eficiência da administração pública. Demora injustificada.*

ApelRemNec 5025736-45.2020.4.03.6100

Desembargador Federal Paulo Domingues ..... 116

*Conselho Regional de Medicina. Restrição ao exercício profissional. Médico do trabalho. Conclusão de especialização em instituição de ensino reconhecida pelo MEC, durante a vigência da portaria DSST nº 11/1990. Direito adquirido*

AI 5010492-09.2021.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Denise Avelar .....120

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Arguição de Inconstitucionalidade. Ação Civil Pública. Plano de assistência social (Lei nº 4.870/1965). Lei nº 12.865/2013. Direito adquirido. Vedação do retrocesso social. Igualdade. Ofensa reflexa.*

ArgIncCiv 0000663-18.2005.4.03.6122

Desembargador Federal Nino Toldo .....139

*Servidor público. “Abate-teto”. Artigo 37, XI, da CF. Aposentadoria e remuneração. Somatório. Impossibilidade.*

ApCiv 0023012-66.2014.4.03.6100

Desembargador Federal Peixoto Junior ..... 156

## DIREITO PENAL

*Tráfico internacional de armas, acessórios e munições. Crime consumado. Unidade de designios e vínculo subjetivo. Dosimetria das penas. Circunstâncias do crime deletérias, em razão da grande quantidade de munições importadas (1.000 cápsulas de calibre nominal .22 e 1.000 cápsulas do calibre nominal .38). Maus antecedentes*

ApCrim 0007671-19.2008.4.03.6000

Desembargador Federal Fausto De Sanctis ..... 165

*Crime de redução a condição análoga à de escravo. Materialidade. Denúncia. Justa causa.*  
 ReSe 0000067-49.2018.4.03.6002  
 Desembargador Federal Maurício Kato..... 175

*Falsificação de documento particular. Código Penal, artigo 298. Objeto material do delito.*  
 ApCrim 0000181-22.2018.4.03.6120  
 Desembargador Federal André Nekatschalow ..... 179

*Usurpação de bens da União. Plantação agrícola que ultrapassa os limites da fazenda e atinge trecho da faixa de domínio das rodovias BR 463/MS - pertencente à União. Ausência de subsunção da conduta narrada na denúncia com aquela prevista no referido tipo penal.*  
 ReSe 0000798-45.2018.4.03.6002  
 Desembargador Federal José Lunardelli.....186

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Revisão de benefício. Decadência. Ocorrência. Tema 975 do STJ. Omissão quanto ao termo inicial.*  
 EDcl ApCiv 0000230-49.2012.4.03.6128  
 Desembargador Federal Luiz Stefanini ..... 197

*Devolução de descontos no benefício. Legitimidade da pensionista configurada. Ausência de má-fé. Tema 979 do STF. Erro da administração.*  
 ApCiv 0002410-33.2013.4.03.6183  
 Desembargadora Federal Inês Virgínia.....201

*Concessão de benefício. Atividade rural. Atividade especial. Trabalhador agropecuário. Ruído. Motorista de caminhão. Atividades não previstas nos decretos regulamentares. Requisitos não preenchidos para a concessão da aposentadoria.*  
 ApCiv 0000867-62.2015.4.03.6138  
 Desembargadora Federal Daldice Santana.....210

*Pensão por morte. Renda mensal vitalícia concedida indevidamente. Exercício de atividade rural à época da incapacidade. Requisitos para aposentadoria por invalidez. Qualidade de segurado comprovada.*  
 ApCiv 0000696-76.2016.4.03.6007  
 Juíza Federal Convocada Leila Paiva.....218

*Aposentadoria por idade. Pedido de desistência. REsp 1.267.995/PB. Não consentimento do réu. Sentença anulada.*  
 ApCiv 0006609-91.2016.4.03.9999  
 Juíza Federal Convocada Monica Bonavina..... 224

*Aposentadoria especial. Reconhecimento de atividade especial. Uso de equipamento de proteção individual. Não comprovação.*  
 Ag ApCiv 5004984-42.2017.4.03.6105  
 Desembargadora Federal Lucia Ursaiá.....227

*Auxílio-doença. Aposentadoria por invalidez. Sentença não sujeita à remessa necessária. Qualidade de segurado demonstrada. Situação de desemprego. Cumprimento da carência legal. Incapacidade total e temporária para o trabalho. Laudo médico.*

ApelRemNec 5081550-53.2018.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado ..... 230

*Atividade especial. Exposição a agentes nocivos. Ruído. Metodologia prevista pela Fundacentro. Agravo Interno. Artigo 1.021 do NCPC. Coisa julgada. Ocorrência.*

Ag ApelRemNec 0005542-86.2019.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento ..... 236

*Pensão por morte. Ação de cancelamento de cota e indenização pelo INSS. Pedido de suspensão do pagamento da cota e depósito nos autos.*

AI 5026092-41.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta ..... 241

*Auxílio-doença. Habilitação dos herdeiros.*

ApelRemNec 5648748-16.2019.4.03.9999

Desembargador Federal Baptista Pereira ..... 243

*Revisão de benefício. Inclusão dos valores do auxílio-alimentação nos salários-de-contribuição. Possibilidade.*

ApCiv 5004070-79.2020.4.03.6102

Desembargador Federal David Dantas ..... 245

*Concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez. Necessidade de prévio requerimento administrativo.*

ApCiv 5002742-29.2021.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio ..... 249

*Benefício assistencial ao deficiente. Requerimento administrativo. Imprescritível. Preenchidos requisitos. Termo inicial corrigido. Benefício concedido.*

ApCiv 5022458-42.2021.4.03.9999

Desembargador Federal Toru Yamamoto ..... 252

*Auxílio-reclusão. Ação de cobrança. Prisões sucessivas entre 2007 e 2019. Filho absolutamente incapaz. Dependência econômica presumida. Período de graça. Perda da qualidade de segurado entre as prisões. Última prisão em 2019. Incidência da Lei nº 13.846/2019. Média salarial superior ao limite legal.*

ApCiv 5131189-35.2021.4.03.9999

Desembargador Federal Gilberto Jordan ..... 257

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

*Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Prescrição intercorrente. Extinção do feito. Ausência de resistência por parte da exequente. Condenação da fazenda pública em honorários advocatícios. Impossibilidade. Incidente acolhido.*

IRDR 0000453-43.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Hélio Nogueira ..... 267

<i>Execução Fiscal. Conselho profissional. Despesas com citação da parte contrária. Intimação eletrônica. Efeitos de intimação pessoal.</i> ApCiv 5000273-21.2019.4.03.6138 Desembargador Federal Antonio Cedenho.....	291
<i>Juízo de Retratação. Contribuição previdenciária sobre a receita bruta. E. STF, tema 1048. Tese firmada em sistema de precedentes. Unificação do Direito.</i> ApCiv 5000746-82.2019.4.03.6113 Desembargador Federal Carlos Francisco.....	297
<i>Agravo Interno. Negativa de seguimento. Artigo 1.030, I, do CPC. Julgado em consonância com entendimentos firmados em sede de recursos repetitivos. Temas 104, 212 e 636 do STJ.</i> AI 5003444-67.2019.4.03.0000 Desembargadora Federal Consuelo Yoshida .....	300
<i>Agravo interno. Agravo de instrumento. Juros de mora. Coisa julgada.</i> AI 5003096-15.2020.4.03.0000 Desembargador Federal Newton De Lucca .....	303
<i>Conflito Negativo de Competência entre Vara Previdenciária e Vara Cível. Ação de ressarcimento ao erário. Polo passivo. Segurado e servidora pública federal. Alegação de conduta ilícita de servidora responsável pela concessão de benefícios previdenciários. Afastamento da Súmula nº 37 do TRF3. Competência da Vara Cível.</i> CCCV 5009360-48.2020.4.03.0000 Desembargadora Federal Marisa Santos.....	305
<i>Mandado de Segurança. Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Necessidade de comprovação da insuficiência de recursos. Custas iniciais. Ausência. Cancelamento da distribuição.</i> Ag MSCiv 5017909-47.2020.4.03.0000 Desembargadora Federal Marli Ferreira .....	312
<i>Ação Rescisória contra ato judicial proferido no âmbito do Juizado Especial Federal. Incompetência do Tribunal Regional Federal.</i> Ag AR 5034017-54.2020.4.03.0000 Juiz Federal Convocado Marcelo Guerra.....	317
<i>Mandado de Segurança. FGTS. Titular da conta vinculada. Divórcio. Partilha de bens. Levantamento do saldo pela divorcianda. Possibilidade. Desnecessidade de cumprimento dos requisitos do artigo 20 da Lei nº 8.036/90.</i> MSCiv 5002483-58.2021.4.03.0000 Desembargador Federal Valdeci dos Santos.....	325
<i>Conflito de competência. Ação de procedimento comum. Juizado Especial Federal. Exclusão do parcelamento. Cancelamento de ato administrativo. Exceção prevista no artigo 3º, § 1º, III, Lei nº 10.259/2001. Conflito precedente.</i> CCCV 5016802-31.2021.4.03.0000 Desembargador Federal Nery Júnior.....	328

*Conflito de Competência. Ação de indenização por prejuízos sofridos em razão de equacionamentos em plano de previdência complementar. “Nomen juris” atribuído pelo autor à demanda. Irrelevância. Prevalência da natureza da relação jurídica discutida e do objeto delineado na lide. Debate sobre relação contratual de trato sucessivo. Cumulação de pedidos. Não caracterização. Valor da causa. Soma de prestações vencidas e vencendas.*

CCCV 5018279-89.2021.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy ..... 331

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

*Denúncia anônima. Busca domiciliar. Ilegalidade. Ausência de flagrante. Ausência de indícios do cometimento do crime dentro da residência. Entrada dos policiais não autorizada. Provimento do recurso para absolver.*

ApCrim 0001155-92.2014.4.03.6122

Desembargador Federal Paulo Fontes .....339

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

*“Stock options plan”. Natureza jurídica: mercantil. Exercício de opção de compra. Contribuição previdenciária. Não incidência.*

AI 5012218-52.2020.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 351

*Cautelar antecedente. Parcelamento. Simples nacional. Moratória. Pandemia de Covid 19. Ausente autorização legislativa ou do executivo para a postergação do pagamento de tributos federais. Inaplicabilidade da Resolução CGSN 154/20 e da Portaria MF 12/12.*

Ag ApCiv 5000720-40.2021.4.03.6105

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo.....362

#### SENTENÇAS

*Ação Civil Pública. Antiga Estação Ferroviária do Ouro. Município de Araraquara. Contaminação por óleos minerais, vegetais e de bifenilas policloradas (PCBs). Risco à saúde. Descontaminação e desocupação de áreas potencialmente degradadas.*

0003229-28.2014.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert ..... 369

*Procedimento Comum Cível. Taxas de manutenção cobradas por associações de moradores em face dos não associados ou que a elas não anuíram. Despesas referentes à prestação de serviços de segurança, limpeza, conservação e manutenção de loteamento. Não obrigatoriedade do pagamento.*

5004755-91.2019.4.03.6144

Juíza Federal Marilaine Almeida Santos.....379

*Procedimento Comum Cível. Joias empenhadas. Garantia de contrato de mútuo. Furto à agência. Alegado valor sentimental inestimável. Pedido de indenização decorrente de danos materiais e morais.*

5000505-20.2020.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite ..... 383

*Procedimento Comum Cível. Distribuição dos “royalties” do petróleo. Criação de nova linha geodésica ortogonal e paralela. Interpretação por ato do IBGE. Critérios de partilha de “royalties” pela ANP entre os Municípios de São Sebastião/SP, Ilhabela/SP e Caraguatatuba/SP.*

5000825-58.2020.4.03.6135

Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes ..... 390

*Mandado de Segurança Cível. Imigrantes venezuelanos. Regularização migratória familiar. Covid-19. Termos de notificação para saída compulsória do Brasil. Garantia de prévio procedimento administrativo de reconhecimento da condição de pessoa refugiada e/ou autorização de residência provisória.*

5000153-21.2021.4.03.6004

Juiz Federal Felipe Bittencourt Potrich ..... 402

*Mandado de Segurança Cível. Comércio de combustíveis, biocombustíveis, lubrificantes e derivados de petróleo. Plano Nacional de Biocombustíveis - Renovabio, surgido em decorrência do Acordo de Paris. Emissão dos gases de efeito estufa. Obrigatoriedade de aquisição de Certificados de Créditos de Descarboxinação por Biocombustíveis – CBIOS.*

5022555-02.2021.4.03.6100

Juíza Federal Denise Avelar ..... 408

## **SÚMULAS**

*Súmulas do TRF da 3ª Região* ..... 417

*Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região* ..... 423